



Universidad
Europea
del Atlántico

ÁREA DE PSICOLOGIA CRIMINAL

**A RESPOSTA COGNITIVA AO DISCURSO DE ÓDIO, INCIDÊNCIAS CLÍNICAS E FUNCIONAIS
NAS CRIANÇAS ATÉ 14 ANOS, EM SUAS RELAÇÕES SOCIAIS**

***THE COGNITIVE RESPONSE TO HATE SPEECH, CLINICAL AND FUNCTIONAL INCIDENCES IN
CHILDREN UP TO 14 YEARS OF AGE, IN THEIR SOCIAL RELATIONSHIPS***

***LA RESPUESTA COGNITIVA AL DISCURSO DE ODIO, INCIDENCIAS CLÍNICAS Y
FUNCIONALES EN NIÑOS DE HASTA 14 AÑOS, EN SUS RELACIONES SOCIALES***

Ramos Delgado da Silva

PUBLICADO: 12/2024

<https://doi.org/10.47820/recima21.v5i1.6109>

**Massachusetts, USA
2024**

INTRODUÇÃO

Ao aprofundar os estudos, percebe-se que os modelos teóricos que tratavam a adoção de forma sistêmica ofereciam uma visão valiosa, ao considerar as interconexões entre ambiente, implicações pessoais e históricas de vida. Essa abordagem permitiu distinguir a dependência química de outros processos psicológicos, verificando-a como uma especificidade multifacetada que exige instruções específicas e sensíveis. No entanto, ao ingressar na prática clínica, identificaram lacunas nas teorias que limitavam sua aplicabilidade em contextos reais.

A prática revelou que muitos comportamentos observados em nossos pacientes foram enraizados em experiências vívidas desde a infância, demonstrando a profundidade das dinâmicas emocionais subjacentes. Essa ligação entre acontecimentos passados e questões atuais levou-me a questionar abordagens que tratam do sofrimento humano de forma fragmentada ou simplificada. Era evidente que os padrões comportamentais dos pacientes estavam intrinsecamente conectados a narrativas de vida, muitas vezes marcadas por dor, traumas e adaptações ao ambiente.

Embora a abordagem comportamental predominantemente no contexto clínico tenha sido útil para mapear padrões de respostas observáveis e suas interações com o ambiente, ela muitas vezes não alcançou a profundidade necessária para abordar questões subjetivas mais complexas. A análise de contingências e o histórico de reforço dos pacientes ofereceram insights relevantes, mas não eram suficientes para compreender plenamente as raízes emocionais e cognitivas dos problemas apresentados. Isso me levou a considerar outros caminhos teóricos que poderiam complementar essas lacunas.

Um dos aspectos que mais me chamou atenção na clínica foi a importância da fala e do discurso na expressão das queixas dos pacientes. As narrativas compartilhadas revelaram não apenas os sintomas, mas também as implicações, interpretações e significados atribuídos às experiências de vida. Essa descoberta destacou o papel central da linguagem na construção e manutenção dos sofrimentos psíquicos, indicando que qualquer intervenção deveria levar em conta essas dimensões subjetivas. Ao ouvir atentamente os pacientes, era possível acessar nuances que modelos comportamentais simplesmente não poderiam captar.

Por outro lado, percebi que muitos dos modelos teóricos tradicionais careciam de uma abordagem que considerava satisfatória a história de vida e o contexto sociocultural dos pacientes. A dependência química não pode ser compreendida apenas como uma resposta a estímulos externos ou uma condição médica isolada; trata-se de um fenômeno que reflete a interação complexa entre fatores biológicos, psicológicos, sociais e históricos. Essa constatação reforça a necessidade de buscar alternativas mais integradas e sensíveis às realidades dos indivíduos em tratamento.

Esse entendimento me levou a explorar abordagens interdisciplinares que proporcionaram uma visão mais ampla e profunda sobre o sofrimento humano. Combina elementos de teorias comportamentais, cognitivas e psicodinâmicas com insights de áreas como neurociência e sociologia, enriquecendo minha prática clínica com ferramentas mais diversificadas. Essa integração incluiu abordar as queixas dos pacientes de maneira mais completa, respeitando suas histórias, contextos e subjetividades.

Portanto, este trabalho representa mais do que uma continuação dos estudos realizados na graduação. Ele reflete um compromisso com a transformação da prática clínica, com a busca por intervenções mais eficazes e humanizadas, e com a valorização do indivíduo em sua totalidade. A partir dessa jornada, reafirmo minha crença na importância do olhar para cada paciente como um ser único, cuja história e vivências exigem uma abordagem que vá além dos modelos efetivamente, integrando ciência e sensibilidade humana.

A motivação para a realização deste trabalho surgiu ao longo de meu contato com a clínica psicoterapêutica comportamental voltada para pessoas possuidoras de transtornos por uso de substâncias. Na época, recém-formado, eu já trazia uma bagagem prática, refletida na monografia apresentada ao término da minha formação em Psicologia pela Faculdade Pitágoras de Betim.

Esse trabalho abordava uma perspectiva cognitivista da transformação do homem saudável em alguém possuidor de um sofrimento, que até hoje o consideramos não ter a “cura”. Percebendo que os modelos, que compreendiam o processo de adoecimento como um sistema integrado, operando por meio de processos interrelacionados, e distinguia o fenômeno dependência química de outros processos psicológicos.

No entanto, ao me aproximar do chão da clínica, chamou-me a atenção pois existia um princípio visceral iniciado na infância resultando em comportamentos atuais. Contudo, os modelos que se utilizava para tratar tais questões emocionais, davam ênfase a sistemas de respostas observáveis na interação desses sistemas, juntamente com as consequências de suas ações sobre o ambiente e o histórico de crenças e experiências do indivíduo, formando uma base para a compreensão e tratamento das queixas dos pacientes, pela fala, linguagem, e o discurso.

Considerava, então, a linguagem sendo um elemento fundamental na comunicação e no discurso humano, o que definitivamente permite a expressão de subjetividades e a organização de ideias, sentimentos e interações com o mundo. Entendo da mesma forma a língua, como um sistema simbólico dinâmico, que evolui conforme o pensamento humano, e sendo influenciada por fatores culturais, sociais e históricos, como evidenciado pela fala, gestos e pela Língua Brasileira de Sinais (Libras).

O que ajuda a conceituar a comunicação, como um processo ativo, elaborado entre locutor e receptor, sendo eles mediados pela percepção, subjetiva ou objetiva. A percepção subjetiva é marcada pela experiência pessoal, enquanto a objetiva busca uma visão neutra da realidade. Resultando desta interação entre essas percepções moldando a compreensão e o significado nas trocas comunicativas.

Dentro deste contexto, a hermenêutica destaca-se por interpretar e reformular significados nas interações e discursos. O que teoria da interação verbal de autores como Benveniste e Bakhtin enfatiza a importância da língua como um fenômeno dinâmico e evolutivo, moldado por contextos sociais e históricos.

Brandura por sua vez, no campo da socio-cognição, apresenta a “reciprocidade triádica”, onde o comportamento humano é resultado da interação entre fatores pessoais, ambientais e sociais. E neste ponto, a teoria sociocognitiva reconhece que a língua está em constante adaptação, sendo ativada em diferentes contextos. Van Dijk complementa essa visão, argumentando que a

compreensão do discurso envolve tanto elementos sociais quanto as experiências e interpretações individuais, criando significados coletivos.

E desta forma, não deixando de observar que os modelos mentais, como estruturas cognitivas que ajudam a processar informações e tomar decisões, são moldados pela linguagem e influenciam a forma como compreendemos o mundo. Seguindo nesta esfera discursiva, esses modelos são fundamentais para entender as ideologias, que organizam crenças e valores de grupos sociais. Gramsci, Hegel e Marx exploram o papel das ideologias em moldar a visão de mundo, estruturando crenças e justificando ações emocionais.

Verificando que emoções, por sua vez, são reações complexas que envolvem componentes psicológicos e fisiológicos. Teorias como a de William James e o behaviorismo focam nos aspectos físicos das emoções, enquanto abordagens mais recentes consideram a influência das cognições e percepções. A teoria do Sistema de Resposta Emocional (S.R.E.) de Lazarus, por exemplo, propõe que as emoções são geradas por avaliações cognitivas que ajudam os indivíduos a lidarem com estímulos emocionais.

Neste contexto, a hermenêutica ocupa um papel central, ao se dedicar à interpretação e reformulação dos significados presentes nas interações e discursos. Fundamentada na busca para compreender a relação entre texto, contexto e leitor, a hermenêutica destaca a importância de perceber a linguagem como um particular vivo, que se transforma de acordo com as situações culturais e históricas. Essa abordagem ressoa com as teorias da interação verbal de autores como Benveniste e Bakhtin, que ressaltam a língua como um sistema dinâmico e evolutivo. Eles defendem que o significado surge não apenas do uso da língua, mas também da interação entre os sujeitos que a utilizam, configurando-a como um elemento profundamente influenciado por contextos sociais e históricos.

A teoria sociocognitiva de Bandura complementa essa perspectiva ao propor a “reciprocidade triádica”, na qual o comportamento humano é compreendido como o resultado da interação entre fatores pessoais, sociais e ambientais. No campo da linguagem, essa abordagem implica que a língua não é estática, mas está em constante adaptação às demandas de diferentes contextos. Essa plasticidade reflete a capacidade da linguagem de ser moldada por estímulos externos e internos, uma ideia reforçada por Van Dijk, que integra aspectos sociais e individuais na construção do discurso. Para ele, a compreensão do discurso é um processo que combina elementos sociais compartilhados com interpretações únicas baseadas nas experiências de cada indivíduo.

Ao observar a relação entre linguagem e cognição, torna-se evidente que os modelos mentais desempenham um papel crucial. Esses modelos, como estruturas cognitivas responsáveis por organizar informações e orientar a tomada de decisões, são moldados pela linguagem e influenciam diretamente a forma como percebemos e compreendemos o mundo. No âmbito discursivo, os modelos mentais são ferramentas essenciais para interpretar e internalizar ideologias, que, por sua vez, estruturam relacionamentos, valores e ações de grupos sociais. Autores como Gramsci, Hegel e Marx exploraram amplamente o impacto das ideologias na formação de visões de mundo e na legitimação de estruturas de poder, mostrando como essas ideias estão intrinsecamente ligadas à linguagem.

Nesse sentido, as emoções emergem como outro componente indispensável na interação entre linguagem, cognição e ideologia. Reações psicológicas e fisiológicas complexas, as emoções influenciam não apenas as percepções, mas também os discursos e as decisões individuais e coletivas. Teorias clássicas, como a de William James, enfatizam os aspectos físicos das emoções, enquanto abordagens mais recentes, como a teoria do Sistema de Resposta Emocional (SRE) de Lazarus, destacam o papel das avaliações cognitivas. De acordo com Lazarus, as emoções não são respostas automáticas, mas processos mediados pela interpretação e significados aos estímulos emocionais.

Dentro da esfera discursiva, a interação entre emoções e linguagem assume um papel de destaque. As narrativas emocionais têm o poder de moldar opiniões e ideologias, reforçando valores coletivos ou promovendo mudanças culturais e sociais. A linguagem, nesse contexto, funciona como um veículo para expressar e mediar emoções, criando um vínculo entre o indivíduo e o coletivo. Assim, discursos carregados de emoção podem ser usados tanto para fortalecer estruturas de poder quanto para contestá-las, dependendo das preocupações e contextos de quem os emprega.

Além disso, a interação entre ideologias, emoções e linguagem aponta para a necessidade de compreender as estruturas de poder que sustentam os discursos predominantes. A partir da análise crítica proposta por Gramsci, fica claro que as ideologias hegemônicas utilizam uma linguagem para perpetuar visões de mundo que justificam desigualdades e mantêm a ordem social. Nesse cenário, compreender como as emoções são manipuladas no discurso político, midiático ou cultural torna-se fundamental para questionar e resistir a essas narrativas.

Portanto, ao integrar hermenêutica, teorias da linguagem, modelos mentais e sistemas emocionais, é possível construir uma visão mais abrangente da complexidade das interações humanas. Essa abordagem permite não apenas entender como os significados são criados e transformados, mas também explorar as implicações sociais e políticas desses processos. Em última instância, o estudo dessa interconexão contribui para a criação de disciplinas mais conscientes e práticas na construção de discursos que promovam a justiça e a igualdade.

Todas as reações emocionais podem ser divididas em cognitivas, expressivas e instrumentais, refletindo o processamento de pensamentos, a expressão observável das emoções e comportamentos intencionais para alcançar objetivos. As emoções são, portanto, reguladas pela interação entre avaliações cognitivas, normas culturais e experiências pessoais, sendo moldadas conforme o indivíduo se adapta ao seu meio social e cultural.

Considerava então que todos os sistemas eram igualmente influenciados pelas leis da aprendizagem e a uma resposta peculiar ao discurso empregado. Discorrendo assim, o relato verbal, que alguns consideravam uma resposta equivalente às motoras ou autonômicas, para outros, era também a expressão de uma estrutura cognitiva mais profunda.

Diante dessa complexidade teórica, decidi estudar essas questões mais a fundo, comparando diferentes abordagens, desvendando conceitos e investigando as implicações de cada vertente. Esse é o objetivo deste trabalho: levantar questões sobre as respostas cognitivas ao que se define como discurso de ódio entre crianças de 01 a 14 anos de idade à luz da diversidade teórica do movimento cognitivista, buscando, assim, contribuir para a fundamentação da prática psicoterapêutica.

Todas as reações emocionais podem ser categorizadas em três dimensões principais: cognitivas, expressivas e instrumentais. As reações cognitivas envolvem o processamento interno de pensamentos e avaliações, enquanto as expressivas referem-se às manifestações observáveis, como gestos, expressões faciais e entonação de voz. Por sua vez, as respostas instrumentais abrangem os comportamentos intencionais destinados a alcançar metas específicas ou responder a estímulos externos. Essa tríade revela como as emoções são moduladas por uma interação contínua entre avaliações cognitivas, normas culturais e experiências individuais, refletindo um processo dinâmico de adaptação ao meio social e cultural.

A ideia de que todos os sistemas emocionais são influenciados pelas leis da aprendizagem oferece um campo fértil para compreender a complexidade das respostas humanas. As respostas emocionais, especialmente aquelas associadas ao discurso verbal, apresentam nuances que vão além de meras reações motoras ou autonômicas. Nesse sentido, o relato verbal pode ser entendido como uma forma de expressão de estruturas cognitivas mais profundas, revelando opiniões, valores e interpretações que estão intrinsecamente ligadas à experiência individual e coletiva. Essa perspectiva amplia o entendimento de que o discurso verbal não é apenas um reflexo de estados internos, mas também uma ferramenta para moldar e ser moldado por interações sociais.

A partir dessa situação, surge a necessidade de explorar como diferentes abordagens teóricas explicam a interação entre emoções, cognições e discurso. Algumas linhas do movimento cognitivista interpretam o relato verbal como uma resposta equivalente às motoras, enfatizando seu caráter observável e funcional. Outras, no entanto, argumentam que o discurso verbal carrega significados mais complexos, enraizados em processos cognitivos que operam em níveis mais profundos. Essa diversidade de perspectivas aponta para a importância de compreender as múltiplas camadas que envolvem o discurso humano, especialmente em contextos em que as emoções desempenham um papel central.

Diante dessa complexidade teórica, optei por aprofundar meu estudo sobre o tema, buscando compreender como diferentes abordagens cognitivistas interpretam as respostas ao discurso de ódio, especialmente em populações vulneráveis como crianças de 1 a 14 anos de idade. Essa escolha foi motivada pela percepção de que as emoções e cognições envolvidas em situações de discurso de ódio são particularmente relevantes para entender o impacto social e psicológico desse específico. Além disso, investigar como essas respostas variam entre diferentes faixas etárias e contextos sociais pode oferecer insights importantes para intervenções psicoterapêuticas.

O objetivo deste trabalho, portanto, é levantar questões sobre as respostas cognitivas e emocionais ao discurso de ódio na infância, analisando-as à luz da diversidade teórica do movimento cognitivista. Essa análise permitirá identificar como as crianças processam cognitivamente discursos hostis, quais são os mecanismos ativados e de que forma o contexto sociocultural influencia essas respostas. Com isso, espero contribuir para a compreensão das dinâmicas emocionais e cognitivas envolvidas no discurso de ódio, fornecendo subsídios para atitudes que promovam resiliência e bem-estar emocional.

Por fim, este estudo busca não apenas avançar o entendimento teórico sobre o tema, mas também oferecer implicações práticas para a psicoterapia. Ao explorar como as diferentes abordagens teóricas interpretam o impacto do discurso de ódio, é possível propor estratégias mais eficazes para mitigar seus efeitos negativos. Assim, esta pesquisa pretende estabelecer um diálogo entre a teoria e a prática, integrando conhecimentos do campo cognitivista para responder aos desafios impostos por contextos emocionais e discursivos complexos, especialmente na infância.

O discurso

O discurso pressupõe um ato de comunicação, entre seres falantes e não falantes compreendidos em ambientes socioculturais construídos que possibilitam interação. Para isso deve haver patentemente a existência de elementos comuns. Mandatoriamente importante, que este código seja reconhecido pelos agentes participantes do grupo, podendo ser neste caso, um idioma inserido na linguagem, já que estamos referindo a comunicação comum, e intencionalmente provocada pelos participantes do discurso.

Sendo assim, esta provocação não se descola da ideia de que o discurso promove afeto, distinguindo-se apenas na forma peculiar elegida pelos grupos sociais.

Evidenciando por si, e para si a existência de uma dimensão psíquica de destruição que pode ter como “alvo o Eu e o objeto”. Além de contribuir em diversas funções de auxiliar o processo de separação entre o Eu e o objeto e de manter a sobrevivência psíquica (Pereira *et al.* 2019).

Elementos do discurso

A linguagem

A linguagem é um instrumento do pensamento humano devidamente utilizado para a intercomunicação social, reproduzindo expressão do sujeito que se insere no meio. Petter (2006) demonstra entendimento apontando a capacidade do ser humano de “produzir, desenvolver e compreender a língua e outras manifestações, como a pintura, a música e a dança”, utilizando um conjunto de sinais e ou símbolos intencionalmente expressivos, constituindo um processo único e que estão intimamente ligados a comunicação.

A linguagem é, por si, formada por uma diversidade de elementos que se situam entre funções psicológicas socialmente construídas, descritas como superiores que possibilitam ao homem a organização de formas complexas de comportamento e atividades simbólicas, qualitativamente distintas da experiência animal (Luria, 2007; Vygotsky, 2008). O que é por natureza construída de elementos atualizáveis de acordo com o processo de entendimento comunicativo do ser humano que vive em sociedade.

A língua aparece como parte simbiótica da comunicação, em uma relação funcional e produtiva, aos quais interagem de modo ativo visando proveito mútuo. O que possibilita benefícios à saúde da comunicação, desenvolvendo-se de acordo com o grupo, provocando o aparecimento de conjuntos de elementos (sons e gestos), que fazem possível a comunicação. “As línguas podem se manifestar de forma oral ou gestual, como a Língua Brasileira de Sinais (Libras). Petter, (2006).”, que inclui e possibilita o surgimento adequado da comunicação.

Assim com Novais, Maria Helena (1964) assevera que “Através da linguagem é feita a comunicação de interesses, crenças, conhecimentos, aspirações e ideais comuns aos indivíduos e às gerações que se sucedem”. Fazendo papel fundamental no processo de transferência de um pensamento socio culturalmente desenvolvido, regendo assim a manutenção da língua de um determinando povo possibilitando evoluir.

A língua vem acompanhando a evolução do pensamento já construído, participando efetivamente, dando um novo sentido aos seus elementos outrora adequados. Ao que resulta em uma junção de elementos distintos, transformados, mas partícipes de filosofias, ideologias, sistemas sociais, e elementos culturais. Interagindo ao sincrético infantil que como característica não precisa focar aos detalhes, até uma visão ampla na fase da fusão, ao pensamento formal e abstrato do adulto. Sendo este a utilização da palavra como um símbolo socializado, que envolve na sua organização uma direção de processos mentais para um fim ou propósito determinado, possibilitando a adaptação.

Este ajustamento acontece devido à sua natureza, como descreve, Novais (1969) e que pode ser percebida através dos símbolos e ou dos sinais que possibilitem a comunicação, e a interação com ambiente social. Constituindo o diálogo através da afirmação deste ser como um “eu” em relação aos “outros”. O diálogo que se trata da comunicação do ser humano com o mundo ambiental utilizando recursos e dispositivos do mecanismo da linguagem, não desprezando o sistema relacional entre as atividades mímicas e fônicas também como uma confirmação de um interlocutor real possibilitando uma consciência social. Assim destaca:

“Na linguagem os gestos e as palavras, com as suas características próprias, são os esquemas organizadores e os agentes rítmicos que dão movimento e vida aos objetos, atos e sons.”
Novais, (1969).

Adaptado ao comum, e integrado a uma coletividade social, este “eu” expressa agora a sua realidade interior para o exterior, dentro de um processo ativo, mas agora integrado à própria ação. A percepção de uma integração, não pode se limitar de forma rígida realidade, nem registrar de forma passiva esta mesma realidade. Logo, perceber significa a capacidade de identificar pelos sentidos para obter o significado. Para isso as experiências perceptivas tendem a modificar-se a partir da maneira de pensar ou na aquisição do modo de pensar.

A linguagem que compõe o discurso não se apresenta de forma descolada faz parte da constituição do sujeito, como sugere Benveniste, “É na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como sujeito; porque só a linguagem fundamenta na realidade, na sua realidade que é a do ser, o conceito de “ego”. Um sistema complexo de comunicação que possui uma estrutura dinâmica de desenvolvimento, e representa os significados de uma cultura.

Sendo possível ser compreendidas através de elementos não-verbais ou verbais, participando da elaboração do pensamento, ao qual se organiza ideias e sentimentos.

O ser humano em suas relações com outros sujeitos, por meio da linguagem, ele se assume sujeito diante de outro. Encontrando a sua subjetividade conforme Benveniste:

A “subjetividade” de que tratamos aqui é a capacidade do locutor para se propor como “sujeito”. Define-se não pelo sentimento que cada um experimenta de ser ele mesmo (esse sentimento, na medida em que podemos considerá-lo, não é mais

que um reflexo) mas como a unidade psíquica que transcende a totalidade das experiências vividas que reúne, e que assegura a permanência da consciência. Ora, essa "subjetividade", quer a apresentemos em fenomenologia ou em psicologia, como quiser-mos, não é mais que a emergência no ser de uma propriedade fundamental da linguagem. É "ego" que diz ego. Encontramos aí o fundamento da "subjetividade" que se determina pelo status lingüístico da "pessoa", (2015, p. 286).

Significando a capacidade de receber e transmitir informações gerando interações com marcadores de existência consciente, pois somente desta forma segundo Benveniste seria possível perceber a consciência "se experimentada por contraste". Seguindo esta referência, percebe-se que não seria cabível, o "não emprego eu, a não ser dirigindo-me a alguém, que será na minha alocação um tu". A essa condição nos é apresentado o diálogo, que implica reciprocidade, impossibilitando passividade, bem como a não participação ativa.

A dinâmica desta interação de linguagem, necessita inicialmente da presença de um locutor que se apresenta como sujeito "eu ", e de pelo menos um receptor, outra pessoa, estando fora de mim consciência, para que seja possível o estímulo e a evolução do discurso, ou seja, um discurso nunca será passivo.

A passividade seria um elemento impossível no discurso, pois o locutor provoca o receptor, e deseja uma resposta. Não sendo esta necessariamente verbal, pois o elemento social de construção da comunicação, é estruturada pelo conteúdo, um assunto, e um estilo comum aos personagens deste discurso.

Elementos da Linguagem

Locutor

O locutor é quem elabora a mensagem, e o receptor é aquele quem recebe a informação inserida na mensagem. Para Bakhtin, o locutor não intenciona passividade, mas sim uma reação, um retorno, pois provoca e deseja uma resposta, atuando sobre o outro, buscando convencê-lo e influenciá-lo. Por ele, a quem se elabora a emissão da linguagem, interagem-se toda a sua construção individual, podendo ser percebida no ato de emitir seu pensamento codificado em elementos comuns, mas carregado de sua subjetividade, por assim dizer, sua forma de existir dentro do que foi construído.

Receptor

O receptor é quem ouve, ou vê e senti, e ao exercer uma destas funções e a, busca compreender, e neste processo extingue-se a passividade de um enunciado recebido em comunicação. Adota-se posturas responsivas para consigo, quer dizer, ele pode concordar ou não, complementar o discurso, vetorizando de acordo com seus conteúdos e não descartando os elementos não verbais, mas participando de forma ativa no ato de manifestação, não somente segundo o estatuído pelo locutor. Por fim participando ativamente desta troca.

Percepção: verbais e não verbais.

A percepção humana social indica como foram construídas nossas impressões relativas a nós, sobre outras pessoas e sobre o mundo. É como captamos as expressões da realidade que nos são apresentadas dentro de valores obtidos no processo subjetivo destas relações do indivíduo na sociedade (micro ou macro). Inferindo na percepção objetiva, valendo-se dos estereótipos sociais de que dispomos a partir de crenças partilhadas ou experiências anteriores.

A percepção subjetiva indicada aqui, nada mais é que a fundamental capacidade de se propor como sujeito. Não apenas pelo sentimento que cada um experimenta, mas da significativa transcendência destas experiências vividas, que são as mesmas que o assegura a condição de ter a consciência de existência.

A percepção objetiva, por outro lado, é a que independe de qualquer interpretação subjetiva. É a percepção que existe a despeito de nossa interpretação, aferida como ela realmente é, sem qualquer influência da percepção individual ou das crenças pessoais, como por exemplo, perceber que a vida sempre é o bem maior do sujeito indiferente do que acredita, pois sem a vida este não existe como sujeito.

Embora as percepções sejam compreensões das expressões humanas, elas se apresentam interagindo com variados componentes de significação peculiar, deste(s) mesmos que estão (a) presente (s) na interação. Podendo ou não a primeira monta ser significativa, devendo ser reconhecido pelo sujeito, e transposto para seu próprio sistema de valores e significados, para tornar objetivas as descrições de sentido, consumidas subjetivamente bem como intencionais, sendo assim considerando o fato de passarem pela subjetividade do próprio intérprete (Bleicher, 1992, p. 13).

Ao indicar a interação, percebemos que da interpretação surge percepções, de formas conjuntas, de vários sentidos, podendo ou não, serem indicados pela subjetividade, dos participantes indigitando relatividade em termos genéricos. Ao ponto que, mesmo que individualizando o sentido da real condição da percepção para aquele sujeito, possa atuar, possibilitando o considerar como singular a sua interpretação posterior.

Ao buscar evidência, perceber-se a necessidade de um vetor que considera sentidos de percepção e conduz primariamente a uma hermenêutica comum ao discurso. Mas, contudo, não seria possível ao considerar a presença de construção, e por ela não ser de fato passiva e sim advinda de contato social, se faz patente considerar a interpretação que acolhe com mais clareza e prudência o discurso aferido.

O conceito de Hermenêutica é considerado por filosofia que estuda a teoria da interpretação, pois busca uma verdade admitindo reconstrução constante, que pode ser observada tanto como à arte da interpretação quanto à prática e treino de interpretação.

Sendo assim, a direção de forças interpretativas dos sentidos surgem como parte essencial, no qual demonstra prudentemente que também seriam conduzidas por ela. E para tais afirmativas de possíveis reformações, necessitamos estabelecer relações em três áreas segundo BLEICHER: hermenêutica metodológica, hermenêutica ontológica, e hermenêutica crítica.

A hermenêutica metodológica refugia-se nas possibilidades de reformar para a sua ampliação e aplicação. Debruçando sobre as dificuldades de uma generalização da interpretação. Conectando-

se nas Ciências humanas, bem como nas ciências sociais, visando mirar os entendimentos dos escritos e ou discursos, resultantes das ações do homem.

A hermenêutica metodológica arrazoa-se bordando no conjunto de normas já formuladas, mas com um olhar a fim de facilitar uma interpretação apropriada das objetivações das atividades ou consciências, humanas, (Dutra; Vieira, 2021). Conduzindo para atualização inferida pela relação sociocultural que resulta introdução ao novo e ao peculiar sem distância de normas pacificadas pelas convivências destas relações.

A hermenêutica ontológica compõe de filosofia, em busca da compreensão, empregando métodos fenomenológicos. Devotando-se a compreensão como um modo fundamental de ser, por intermédio de natureza da interpretação ali provocada, incluindo a ciência social. Desta forma o fenômeno fundamental “compreensão” se apresenta exatamente na busca, respondendo a necessidade de construção dentre os diversos conceitos quando, do ponto de vista filosófico, aborda questões relacionadas ao ser, ao poder se referir a afirmações, perguntas, características.

Este conceito composto filosoficamente por posicionamento de busca, mesmo não sendo um conhecimento objetivo, mas por natureza de verdade recorre a processos metodológicos, para a explicação e descrição da existência puramente humana como nos traz (Dasein), na sua temporalidade e historicidade (Bleicher, 1992, p. 15). Vetorizando a forma, ao ponto de transformar, com a possibilidade de modificar seus elementos separadamente.

A Hermenêutica crítica vem desafiando alguns dos pressupostos idealistas implícitos tanto à teoria hermenêutica quanto à filosofia hermenêutica. Não considerando por exemplo, fatores não pertencentes ao sistema, mas que participam da transmissão da mensagem, como o trabalho e o domínio, que constroem o contexto do pensamento para a ação, questionando de forma direta a universalidade, quando considera a tradição inserida na linguagem como formador de único consenso fortalecedor em si mesmo, sendo inexorável e inquestionável, para sua concretização.

Esta vertente hermenêutica conduz à atividade que visa criticar e expor os fundamentos ideológicos de todas as práticas sociais, como, por exemplo, as atividades políticas e científicas. “Em particular, procura revelar fontes de dominação e de coerção que obstruem tanto o discurso aberto e o livre exercício da razão, como o fortalecimento das possibilidades da autodeterminação humana. (Dutra; Vieira, 2021). Apontando mais uma vez para uma atualização de significância de si para com a comuna.

Sendo assim, concordando com Benveniste (2015) sobre a atualização da língua como um processo individual em dimensões orais e ou escritas. Podemos perceber que o processo de construção do discurso que necessita de contextualização na sua referência com regras herméticas. Respeitando a correspondência, mesmo que isso leve a polaridades acentuadas a quem está sendo deferido o discurso.

Aos que fazem nos valer reforçar pelo exposto, que a comunicação não é um ato solitário, mas de constância, provocando dinâmica entre sujeitos falantes, utilizadores de suas capacidades verbais e não verbais. Todos inseridos nas diversidades de elementos sociais qual este(s) sujeito(s) está inserido.

Assim segundo Bakhtin/Voloshinov (2006, p. 126), a comunicação/língua é vista como “um puro produto da interação social, quer se trate de um ato de fala determinado pela situação imediata ou pelo contexto mais amplo que constitui o conjunto das condições de vida de uma determinada comunidade linguística”. Cheia de elementos comumente aceitos em pequenas porções de grupos sofrendo variações determinadas pela convivência sociocultural.

Dentro destes conjuntos de condições temos elementos que se conectam como o enunciado. O que nos lembra da “atitude”, como sendo uma das principais características referentes ao enunciado.

O enunciado é único, não podendo ser repetido, e sim apenas citado, “já que advém de discursos proferidos no exato momento da interação social”. Transparecendo junto a análise do Discurso, como um elemento dessa relação entre a linguagem e a filiação teórica, podendo carregar elementos de ordem ideológica, política e simbólica, momento que o enquadramento traz a materialidade da linguagem, com a sua peculiaridade,” enunciado”.

A compreensão do discurso, vinda do enunciado não busca reduzir, mas construir uma necessidade de “Posicionar-se”. Diante de um momento em que o discurso seria construído, utilizando de uma “memória discursiva”, já que na interação é condicionada de enunciados proferidos em interações passadas, nas quais o locutor, segundo Bakhtin (1997) interage inconscientemente.

Entendendo-se que a língua utilizada não é um sistema abstrato tampouco pode ser reduzida ou isolada, não apenas a um aspecto interior, ou apenas a um lado subjetivo, no entanto, Bakhtin prediz que a língua é inseparável do fluxo da Comunicação verbal e, por conseguinte, “não é transmitida como um produto acabado, mas como algo que se constitui continuamente “, pois “interação verbal constitui assim a realidade fundamental da língua (Bakhtin, 2006, p. 125).

Interação verbal

Significando a capacidade de receber e transmitir informações gerando interações com marcadores de existência consciente, pois somente desta forma segundo Benveniste seria possível perceber a consciência “se experimentada por contraste”.

Bakhtin, desse modo, se opõe a ambas as correntes de pensamento e acrescenta a enunciação como parte integrante da atividade linguística. É a partir deste ponto que o teórico institui a noção de enunciação como processo histórico não reiterável em que as formas linguísticas somam forças em prol de um evento de fala que abarca bem mais do que a língua em si, enquanto sistema, e um sujeito falante individualizado em um ato criativo, mas, sim, as condições de produção daquele enunciado, os interlocutores encetados naquela interação verbal, assim como o caráter social da própria atividade.

Acrescenta que além de um sistema inerte ou pautando-se só (e somente) em um produto de atos criativos individuais, a língua deve ser vista como uma atividade evolutiva e incessante que se perfaz à medida que é utilizada em situações reais de fala como o discurso.

Dentro disto, evidencia-se por exemplo o locutor que se serve da língua para suas necessidades enunciativas concretas (para o locutor, a construção da língua está orientada no

sentido da enunciação da fala). Trata-se, para ele, de utilizar as formas normativas [...] num dado contexto concreto (Bakhtin, 2006, p. 93-94). Referindo-se à capacidade desenvolvida de receber e transmitir informações, reforçando existência consciente.

Socio Cognição

Teoricamente, segundo Brandura, o Cognitivismo social que vem sendo usado dentro da psicologia, da educação e comunicação, ascendendo neste contexto, e sustentando que parte da nossa aquisição de conhecimento é adjunta com o contexto. Demonstrando como um indivíduo pode estar diretamente relacionado a observação de outras pessoas dentro do contexto de interações sociais. Existindo como aquisições das experiências e de influências externas de qualquer mídia.

Relevante buscar, que na teoria social cognitiva, o comportamento do indivíduo, os fatores pessoais e o ambiente que pode interferir no curso dos acontecimentos de acordo com o seu interesse. Ativamente inserido nele, desta forma “ele” é um participante ativo, não sofrendo influências do meio de forma passiva. (Brandura, 2008b, p. 71):

“As pessoas não são apenas hospedeiras e espectadoras de mecanismos internos regidos pelos eventos ambientais. Elas são agentes das experiências, ao invés de simplesmente serem sujeitas a elas. Os sistemas sensorial, motor e cerebral são ferramentas que as pessoas usam para realizar as tarefas e os objetivos que conferem significado, direção e satisfação às suas vidas.”

Sendo assim, confirma que o comportamento humano, é sim gerado a partir das interações deste sujeito com o meio, podendo variar respeitando a sua subjetividade. O ambiente mesmo se apresentando de modo igual para todos e é denominado como ambiente peculiar e de potencial para o sujeito. Possibilitando que dentro deste ambiente potencial, este sujeito faça um recorte do que lhe apraz não instintivamente, mas de forma construída, criando o seu ambiente real.

E neste ambiente ele passa a atuar e exercer sua singular capacidade humana, influenciando e sendo influenciado por ele. Para Azzi e Polydoro (2006, p. 17), “o comportamento humano é a expressão de uma relação de constante interação entre o indivíduo e o meio.” Na teoria social cognitiva, esta relação é denominada reciprocidade triádica, Brandura (Pajares; Olaz, 2008).

É nesse sentido que Flower (1994, p. 32) razoa sobre os percalços em construir uma teoria social cognitiva, pois além de abarcar a complexidade teórica, também está relacionado a um problema de “política intelectual”. Onde desenvolver ou conciliar pesquisas em perspectivas dicotomizadas seria o mesmo que assumir o compromisso de incorporar aspectos sociais e culturais à compreensão que se tem muitos processos cognitivos que acontecem na sociedade, e não exclusivamente nos indivíduos. “Neste caso, o interesse se concentra no modo como as pessoas, enquanto membros de culturas ou grupos particulares, percebem e descrevem o mundo social” (Condor; Antaki, 2000, p. 454).

Buscando o recorte para este processo, é relevante também entender que a língua como um sistema virtual tem como fundamento quatro propostas que tem relevo para a nossa discussão:

- 1) Compreender que a língua está integrada com a cognição e com a sociedade, encontrando-se no discurso a sua possibilidade de realização;

- 2) Absorver que a língua está em evolução contínua, bem como todas as práticas sociais;
- 3) Perceber que existem várias 'versões de língua' bem-posto com seus usos, pois sua realização resulta de diferentes situações, entre diferentes interlocutores; receptores e emissores;
- 4) Por fim reconsiderar o equilíbrio entre a liberdade do uso da língua versus as convenções pacificadas da língua de uma comunidade. E que dessa forma, ao fazer uso, as pessoas nunca usam toda ela, nem mesmo atinge todo o conhecimento dessa língua, mas sempre uma 'versão ativada no fluxo do uso da língua'(popularidade), o que dá suporte ao discurso.

Findando que nessa perspectiva em que buscamos a resposta cognitiva a um determinado e específico discurso, não cabe mais a língua como um sistema ensimesmado e ordenado. Como também não cabe mais partição de um todo em duas partes, ou seja, uma relação dicotômica entre língua e discurso, que nada mais é do que a repetição da dicotomia individual x social.

Considerando que Beaugrande (1997, p.12) se opõe radicalmente que a língua é sustentada pelas práticas discursivas e tomar esse fato seriamente pode nos levar a novos insights importantes para toda a série de pares/ polos estabelecidos em dicotomias como “teoria objetar a prática, geral contrapondo ao específico, saber *versus* fazer, e ordem adversar ao caos.”

Seguindo o autor, erro seria minimizar as possibilidades, cristalizando a compreensão dessas oposições, do nosso cotidiano, fazendo-nos crer que podemos compreender um aspecto desmantelado do outro. Sendo que coerente seria entender esta relação a partir de uma compreensão dialética e contínua.

Sendo assim, não considerar que a dicotomia prevaleça por exemplo entre a ordem e o caos, mas sim construir a possibilidade de algo estruturado a partir da relação com ele. Refutando a possibilidade de fazer algo sem um saber, ou seja, não há uma prática que não esteja fundamentada por uma teoria. (Azevedo, 2008)

Franquear com os antagonismos é imperativo para que se compreenda o que significa uma relação constitutiva entre discurso ↔ cognição ↔ sociedade, com a cognição operando nessa interface. Só assim pode-se concluir que o processo requer uma interação complexa entre os 'delimitadores padrões da língua' como as relações sintáticas, e os 'delimitadores emergentes' que um contexto envolve. Ou como afirma Beaugrande (1997, p.11):

“as pessoas usam e compartilham a língua precisamente porque ela é um sistema continuado de interação com os seus conhecimentos sobre o seu mundo e sua sociedade”.

Assim sendo, concebe Beaugrande (1997), fundamental e necessário seria um modelo de expressão da linguagem em interface com as delimitações linguísticas, cognitivas e sociais, refreios estes construídas a partir de um conhecimento comum compartilhado e aceito em sociedade.

Esse modelo daria conta por natureza, explorar as interfaces sistemáticas entre o movimento que procede por meio de raciocínio quando se realiza um enunciado, bem como o movimento cognitivo quando se acessa e se usa o conhecimento adjuntando ao movimento social quando existe interação entre os indivíduos. Na integralidade todos esses movimentos estão em coexistência, que

se sustentam e representam-se suportados entre si, ou seja, o discurso, a cognição e o social perpassam todos os movimentos.

Assim, a ideia é de dinamicidade e interação, e ao destacar esses movimentos que a primeira monta tem apenas a função analítica, evidencia que suas forças internas, seus instintos e impulsos, e a compreenderem como elas se relacionam com o mundo ao seu redor tendem a se adequar. Pois todos os atores sociais, com sua capacidade cognitiva, se constituem socialmente, e tal constituição propicia a interação entre sujeitos cognitivos. Van Dijk (2006) defende que uma análise cognitiva não exclui uma análise social, pois sociedade e cognição estão em relação constitutiva.

Encontrando compreensão em conceitos fundamentais de que a cognição é uma propriedade desenvolvida de forma individual e constituída socialmente, pois é adquirida, aprendida, formada e transformada tanto em processos de interações sociais, como em processos individuais de percepção, inferenciação, ou seja, como um processo cognitivo básico de construção de significados, consequência da integração de duas fontes de informação. Esclarece a dinamicidade construtiva relevante que garante ao mesmo tempo a individualidade compreensiva deste sujeito.

Corroborando que a sociedade é uma infinita construção humana e resultante de interações coordenadas e negociadas entre atores sociais. Tais interações só podem ser empreendidas a partir de um conjunto de crenças, de conhecimentos, normas e valores compartilhados e pacificados no momento desta interação para que haja compreensão. A isso requer que os atores cognitivos (indivíduos), sejam capazes de desenvolver tais elaborações sobre si e atribuí-las aos outros, ou seja, grupos sociais.

Instigando que se essas elaborações são puramente de natureza cognitiva, a sua função, entretanto, deverá ser de ordem social, para que elas possibilitem entre si uma interação razoável. Contudo isso quer dizer que interagimos porque compartilhamos os mesmos sistemas de crenças, que são os nossos conhecimentos. No entanto, esses conhecimentos não podem ser totalmente de ordem social, já que alguns estão relacionados exclusivamente às nossas experiências individuais e da nossa história de vida, mesmo assim percebendo que esse processo de construção seja intrinsecamente social na medida em que constrói sentidos para ela, e que seus objetos nunca são simplesmente dados, mas são interpretados. Sendo assim, ao tratar mais especificamente sobre interface, Karina Falcone (p. 264-284).

“...van Dijk (2006) denomina como interface: por um lado, os atores implicados no discurso não usam exclusivamente suas experiências e estratégias individuais; por outro lado, os discursos não são formados em uma externalidade absoluta denominada ‘social’, mas são construídos a partir de marcos coletivos de percepção – o que o estudioso define como representações sociais. Essas percepções socialmente compartilhadas constituem o vínculo entre o sistema social e o sistema cognitivo individual, coordenando as exigências externas das ações interativas com a experiência subjetiva.”

Demonstrando que a esta relação constitutiva de uma compreensão inclusiva da cognição e do discurso, apresentam-se propriedades de índoles sociais, que se formam das elaborações de atores cognitivos residentes nestes contextos, críticos e reflexivos. Assim sendo, discurso, cognição e interação estão em relação constitutiva, esclarecendo em que há perseverança e tenacidade, que a

cognição tem a propriedade de operar na interface entre o que estruturamos socialmente e o que praticamos individualmente.

Revolvendo a nossa análise sociocognitiva do discurso, que fundamentalmente, tende a investigar as práticas discursivas como ações privadas e ou publicas dos atores socio/cognitivos que desempenham funções sociais, que cabe a relação constitutiva de uma compreensão inclusiva de reprodução (inicial) e produção posterior de novos contextos cercado-se de por exemplo, entendimentos estruturados como discriminação étnica, social e sexista.

Evidencia-se que não há de considerar apenas uma relação objetiva entre o discurso e os aspectos contextuais dos códigos que constituem a linguagem, mas sim todas as possíveis interpretações que os atores sociais (sujeitos) elaboram como fruto das atividades de vida aos quais reagem integralmente ao provocativo do discurso.

Evitando assim um possível determinismo, é imperativo levar em conta não somente as condições diversas das variações sociais, não obstante todas as transformações individuais reformadas através das interfaces sob as quais estes atores operam como interlocutores quando atuam (falam ou escutam), eles compreendem, interpretam e constroem. Ou seja, contextos são subjetivos por definição sem desconsiderar suas propriedades sociais e intersubjetivas, que possibilitam, por exemplo, a compreensão relativa a discurso.

Modelos mentais

Ao que se refere aos modelos mentais, entendamos primeiro a cognição que pode ser definida como o conjunto de processos e modelos mentais que envolvem a atenção, a percepção, a memória, raciocínio, juízo, imaginação, pensamento e linguagem. Que permitem que os indivíduos construam uma estrutura que criem previsões sobre o que deve acontecer em várias situações no mundo real baseadas em suas vivencias ou seja vinda de modelos construídos previamente.

Estas construções, conforme advêm como Lakoff e Johnson (1980), apontam, da nossa linguagem, que foram construída cheia de metáforas e analogias. Onde as pessoas pleiteiam uma conversa da ordem do discurso como uma transferência física. Fazendo uma analogia a um objeto fabricado como a um sentimento, “raiva como um líquido quente em um recipiente e descrevem seu termostato doméstico como análogo, fazendo assim um modelo mental.

Entendendo que os modelos mentais são estruturas cognitivas e que podem ser entendidas como ‘representações da realidade’, e sendo assim operando nas avaliações e valores de nossas opiniões sobre eventos específicos, grupos e atores sociais. Evidenciando que nelas o mundo assim como vemos, pertence ao nosso conteúdo sociocognitivo-construído.

De certo que os modelos mentais estão relacionados intrinsecamente não apenas com o contexto, mas também a esta estrutura cognitiva. Pois delas são o suporte, que da sustentação e que com os quais operamos nos diversos eventos comunicativos. Por isso, no processo discursivo, e os modelos mentais são relacionados às situações que estamos tratando como indivíduos naquele instante, operando em diversas funções.

Servindo-se primeiro, como ponto de partida, o discurso, sendo ele o propulsor do locutor, que intenciona sobre nós, seu conteúdo em algum evento ou uma situação sua existência através das

suas representações destes modelos mentais. Essas representações servem como orientações de curta duração; que atuam em um momento; para contar uma história, ou para escrever uma notícia. Assim como declara Karina Falcone, de forma inversa, os modelos mentais também têm a função instrucional, ou seja, servem aos nossos processos de compreensão discursiva como respostas cognitivas, “entendemos os discursos quando somos capazes de construir modelos mentais sobre eles. Assim, o próprio processo de construção de sentido de um texto envolve a produção e atualização de um modelo mental”. (Falcone, p. 264-284.)

Outro autor que contribui teoricamente para a construção dos modelos mentais é van Dijk (1998, p. 21), trazendo à baila a questão das ideologias, que segundo ele são “as bases das representações sociais compartilhadas por membros de um grupo”, que os permite organização em torno de crenças sociais específicas, e comuns a este grupo, o que os unem e os permitem agir coordenadamente em torno desta ideologia.

Ideologias

Apontamos a Ideologia de modo primário, pelo filósofo Destutt de Tracy, já no final do século XVIII, percebendo-se que as ideias eram o resultado da relação entre os seres sócio-políticos com o meio-ambiente a qual ele é inserido. Entendendo-se que pesquisar esta relação de convivência, seria um objetivo da "ideologia". Sendo assim, passa a ser vista como uma atividade direcionada a estudar a formação e o desenvolvimento das ideias do homem (espécie) no seu meio ambiente.

Sendo necessário citarmos o pensador Antônio Gramsci, para ele a ideologia significava uma concepção de mundo, manifestando-se de modo tácito na arte, no direito, na atividade econômica, enfim em todas as manifestações da vida, e ainda de acordo com Gramsci, a ideologia tem por função conservar a unidade de toda sociedade: “(...) organizam as massas humanas, formam o terreno sobre o qual os homens se movimentam, adquirem consciência de sua posição, lutam, etc.”

Considerando o que é observado por Mendonça (2016), principalmente quando ao “definir os tipos de relações sociais que se produzem em cada caso, a classe social define também as possibilidades concretas”. Possibilita que um conjunto de ideias, convicções e seus princípios Ontológicos, sociais e políticos, caracterizem o pensamento de um indivíduo, de um grupo, um movimento, época ou sociedade. Fazendo que uma ideologia estabeleça valores e preferências de um grupo e inclua um programa de ação para a execução dos objetivos definidos.

No que se trata ou se tenta definir uma funcionalidade de objetivos, deve observar a construção, de um determinado fim social. Assim, conosco traz Martín-Baró (2012), construindo vínculo normativo de função:

"A concepção funcionalista entende ideologia como um conjunto coerente de ideias e valores que orienta e dirige uma determinada sociedade e, portanto, que cumpre uma função normativa a respeito da ação dos membros dessa sociedade". (Martín-Baró, 2012, p. 17).

Por outro lado, a concepção marxista aproveitada para este recorte observa suas raízes em Maquiavel, indicando que todos os membros da são movidas exclusivamente por interesses egoístas e ambições de poder pessoal. Também de Hegel, que entende a ideologia como uma falsa

consciência em que se apresenta uma imagem que não corresponde à realidade, a qual a encobre a realidade, e justifica a partir dos interesses da classe social dominante. Aparecendo construção de modelos capazes de justificar, validando o pensamento dele para com o social.

Assim como os modelos mentais, as ideologias são construídas e desenvolvidas socialmente como nos lembra Van Dijk (1998), podendo serem entendidas como elementos operantes, que operam com dispositivo para troca de informação, construindo uma ligação entre sistemas, desenvolvendo uma interface entre sociedade e cognição. Dentre a diversidade de valores depositados que são fluidos, pois permeiam-se entre conceitos construídos em sociedade, em que os grupos articulam em torno de afinidades, compartilhando e reelaboram suas crenças.

Por fim, Chauí (1980) define ideologia como:

“conjunto lógico, sistemático e coerente de representações (ideias e valores) e de normas ou regras (de conduta) que indicam e prescrevem aos membros da sociedade o que devem pensar e como devem pensar, o que devem valorizar e como devem valorizar, o que devem sentir e como devem sentir, o que devem fazer e como devem fazer. Ela é, portanto, um corpo explicativo, de representações e práticas (normas, regras e preceitos) de caráter prescritivo, normativo, regulador, cuja função é dar aos membros de uma sociedade dividida em classes uma explicação racional para as diferenças sociais, políticas e culturais, sem atribuir tais diferenças à divisão da sociedade em classes. Pelo contrário, a função da ideologia é a de apagar as diferenças, como as de classes, e de fornecer aos membros da sociedade o sentimento de identidade social, encontrando certos referenciais identificadores de todos e para todos, como, por exemplo, a humanidade, a liberdade, a igualdade, a nação, ou o Estado.” (Chauí, 1980).

Sendo desta forma que a ideologia se enquadra no que chamamos “verdade máxima”, pois define uma diversidade de categorias axiomáticas, dentre outros elementos cognitivos, como os modelos mentais, sendo dinamicamente e socialmente construídas, mas, contudo, compartilhadas, pois prediz a grupos não há ideologias individuais, sendo discursivamente reproduzida construtora de uma possibilidade de resposta cognitiva, sendo elas as ideologias se constituindo de aspectos cognitivos, sociais e discursivos.

Entretanto, se várias práticas se organizam em torno da ideologia, sendo que a forma que ela mais se propaga é a partir do discurso. Então, é pela análise discursiva, podemos identificar suas manifestações, desenvolvê-las ou combatê-las, sendo o caso de ideologias que propagam o Ódio nas suas ramificações diversas como racismo, o preconceito e discriminação gerando violência.

A este ponto entende-se que as ideologias tendem a construir um significado repleto de modelos mentais, gerando assim respostas cognitivas relevantes capazes de reproduzir conceitos, reforçar crença pacificadas por grupos sociais definindo a elas a identidade. E para cada uma, algumas características de forma devem ser consideradas, entendidas para a condução do entendimento de sua função

As características gerais podem nos conduzir a identificação funcional e discriminativa de cada ideologia que são, “Prescrição de normas, Representação da realidade, Generalização do particular, Naturalização das ações humanas, e Reificação da realidade”.

A Prescrição de normas, é a característica que “Orienta as ações humanas”, modelam os interesses humanos de acordo com a ideologia. Dizendo o que se deve fazer, pensar ou expressar,

como por exemplo ideia de família, fazendo com que homens, mulheres, e toda a sua diversidade se encontre dentro desta característica que condiciona de forma “elementar “dentro da ideologia.

A Representação da realidade, seria a característica da ideologia que “Dá sentido à realidade humana”. Sempre considerada pela vista da ideologia que a opera. Esta característica se utiliza de símbolos comuns ao grupo, capazes de criação mental, conduzindo a uma resposta cognitiva, neste caso, uma visão de mundo do social peculiar ideológico como sendo a única. Por exemplo “Pátria, Patriotismo”, um conceito de algo já pacificado pela universalidade, sendo conduzido pela visão específica de mundo deste grupo desconsiderando elemento pacificado.

A Generalização do particular, onde que se introduz uma ideia de universalidade sem considerar a unidade. Explicitando por exemplo condições individuais de forma geral sem considerar a unidade. Conjecturando o específico como um único exemplo possível de um fenômeno. Sendo capaz de conduzir por exemplo a ideia de que “todos são capazes”, sem considerar a capacidade peculiar de cada um, por exemplo: “um cego tem a capacidade de viver de forma independente, mesmo não podendo identificar as cores sem marcadores específicos que lhe proporciona a capacidade de identificá-las segundo a sua condição “.

A Inversão da realidade é a característica que descola a realidade da ideia, esconde o fato, construindo uma materialidade dentro de uma ideia construída a partir de uma ideologia. Esta inversão esconde as reais causas de um fenômeno, por exemplo a ideia de perigo real descolada da materialidade, ou seja, “você não precisa se vacinar, elas irão te matar “. A este processo pode-se perceber que a ideia estava ligada à conquista necessidade real e concreta, quando o guia da ação se ancorava em um mecanismo primitivo, estímulo provocador de uma resposta.

“Desse modo, a separação entre as ideias e representações da vida material, isto é, a alienação, torna-se condição necessária e indispensável à reprodução dessa realidade. Com isso, a realidade aparece de forma invertida, fazendo com que os produtores não mais se reconheçam em sua produção, que passa a ser um objeto estranhado”. (Orso, 2022).

A característica, Naturalização das ações humanas, apresenta-se com a capacidade de naturalizar assuntos complexos e históricos em algo vago. Tornando por exemplo, “existem diferenças entre os índios e a população da cidade e por isso é normal o tratamento diferente “.

A Reificação da realidade é a característica observada pela capacidade de tomar uma ideia como algo concreto sem serem experimentos na vida real. Tornando que as coisas aparecem com vida própria, ganham aspectos naturais, como por exemplo o conceito de "Sociedade ou de Cultura ", que é usado para descrever a organização da vida social. A sociedade e cultura não são algo que possamos tocar, no sentido físico, de alguma forma usando nossos sentidos.

A cultura e a sociedade também não possuem a capacidade de pensar, ou sentir, mas sim os indivíduos que fazem parte de uma determinada cultura de uma sociedade. Sendo assim seguem alguns exemplos de ideologias passíveis de Retificação da realidade:

Ideologia Racial

A ideologia racial é considerada um conjunto de ideais, princípios, doutrinas, mitos ou símbolos de um determinado movimento social e tem uma utilização variada na “Raça”. Esta

ideologia posiciona-se na crença de superioridade, e ou inferioridade biológica, associada a moral e a cultura dos grupos que comungam desta ideologia como pilares fundamentais. Pode construir formulação de discursos sobre raça, conectada com as ideologias nacionais intrincadas nas formas compartilhadas de imaginar a comunidade nacional.

Ideologia Política

Ideologia política é considerado um conjunto de ideais, princípios, doutrinas, mitos ou símbolos de um determinado movimento social, que explica como a sociedade deve ser estruturada, propondo determinados projetos políticos e culturais de uma determinada ordem social. Sendo pautado em questões de distribuição do poder político.

As ideologias políticas como a sociedade são organizadas, através dos seus membros, e se ajustando como as demais ideologias, dentro da possibilidade mais adequada, que representa este grupo político. Esta ideologia delibera sobre qual a melhor forma de governo, qual o melhor sistema econômico. Por vezes, é utilizada para identificar uma ideia central, posição no espectro político esquerda, centro ou direita, tais como se vê, Ideologia capitalista; Ideologia liberal; Ideologia conservadora; Ideologia comunista; Ideologia anarquista; Ideologia democrática; Ideologia nazista; Ideologia fascista.

Ideologia Religiosa

A ideologia religiosa caracteriza-se pelo significado ao qual se refere-se à compreensão, interpretação dos princípios, valores e crenças de uma determinada religião. Não se abstendo de englobar a forma como os seguidores dessa entendem e aplicam seus ensinamentos em suas vidas cotidianas, ou seja, sociais.

A ideologia religiosa opera como um guia para os seus seguidores, fornecendo diretrizes morais, éticas sempre com véis espiritual. Ela influencia a forma como os indivíduos percebem o mundo, tomam decisões e se relacionam com os outros. Para isso ser elemento rotineiro é necessário estudar e compreender os ensinamentos em questão. Isso deve envolver a leitura de textos considerados sagrados, bem como a participação em rituais e cerimônias, além de proporcionar orientação espiritual de líderes religiosos.

Ideologia de Gênero

A "ideologia de gênero" é considerado um de ideias, princípios, símbolos de um determinado movimento social que se caracteriza da ideia de que os gêneros são, na realidade, construções sociais. De tal forma que para esta ideologia, não existe apenas o gênero masculino e feminino, mas um espectro que pode ser muito mais amplo do que somente a identificação com o masculino ou o feminino.

A ideologia de gênero representaria socialmente o conceito que os seres humanos nascem iguais, sendo a definição de masculino e feminino um produto histórico-cultural, desenvolvido pela sociedade. Considerando que a percepção de uma pessoa sobre seu gênero não é uma escolha, é

um entendimento sobre como ela se reconhece enquanto indivíduo, independentemente do seu sexo biológico.

Emoção e Sistema de Resposta Emocional (S.R.E.)

Emoção

A emoção pode ser definida segundo Levenson, (1999) como uma condição complexa e momentânea que surge em experiências de caráter afetivo, provocando alterações em várias áreas do funcionamento psicológico e fisiológico, preparando o indivíduo para a ação. Dentro das mais variadas perspectivas, podemos encontrar e definir os componentes da emoção, em uma vasta pluralidade dos modelos teóricos, incluindo reações musculares internas, comportamentos expressivos, e até impressões afetivas subjetivas e cognições.

Dentro do senso comum, pode se perceber as emoções apenas de acordo com as expressões emocionais, corroborando assim que elas têm origem em evento interno, ou seja, sentimos e depois expressamos uma emoção. Contudo segundo o pesquisador James, (1890), afirmou que os seres humanos percebem primeiramente um estímulo externo, o que sequencia uma reação do organismo, e a percepção desse, seria o próprio sentimento. A essa proposta foi popularizada, graças ao surgimento do behaviorismo, respaldando o conceito de que os comportamentos não teriam origem interna, mas externa e observável (James, 1890; Skinner, 1953/2003).

As teorias foram tomando corpo e dentro das diversas possibilidades, surge na década de 60 que discorre um o conceito que sugere um efeito causal na experiência subjetiva da emoção, na forma de recompensa ou punição. Segundo Buck, (1980), que buscou examinar os músculos típicos de uma emoção a fim de gerar a impressão subjetiva, contudo, quando contrastada com as pessoas com paralisia de musculatura facial, estas mesmas, mesmo sem a expressão esperada, relataram uma experiência emocional subjetiva.

Considerando que estados emocionais podem ser gerados também por meio do pensamento, sem uma ação física. Segundo esta evidência, fica demonstrado que a percepção é mais rápida do que a reação muscular; levando à identificação de uma excitação corporal como sendo certa emoção, mesmo que os indivíduos não tenham consciência de que estão vivenciando uma emoção. Contudo, as propostas relacionadas a James não se mantem devido as adaptações incorporadas a novas contribuições teóricas. Tais teorias abordam as teorias psicoevolucionistas, e as sociais.

Os psicoevolucionistas, defendem que as emoções são reflexo da evolução das espécies, ou seja, tais respostas são adaptativas e ocorrem no meio em que o ser se desenvolve. A partir de Darwin, defende-se que, mesmo que as formas de manifestação das emoções possam ser aprendidas, existem expressões, que são inatas, levando à consideração da existência de emoções básicas ou primárias, características da espécie humana. Sugerindo e evidenciando, que as emoções humanas segundo Markham & Wang (1996) demonstraram uma reação clara e distinta frente a um perigo, dessa maneira comunicando a presença da ameaça ao resto do grupo, construindo uma comunicação através desta resposta, e permitindo o preparo ou fuga, que principia ao estímulo e resposta.

Os cognitivistas, embora não discordem da origem evolutiva, e nem neguem a influência das alterações viscerais, destacam em vários momentos a avaliação da situação como sendo a principal característica da emoção. A avaliação seria uma atividade cognitiva da qual o indivíduo pode ter consciência ou não, e que aconteceria de maneira muito rápida, Atkinson & Adolph, (2005), apresenta em seus estudos que esta resposta tem efeito determinante na emoção, pois seria primordial para a sobrevivência, e sendo assim o estímulo estaria correlacionado ao processo de fisiológico e ambientais.

Os teóricos sociais, destacam que as emoções são as sociais, mesmo descartando a influência de aspectos biológicos, não negam os aspectos cognitivos. Consideram que a expressão da emoção é compreendida como um papel social, sendo construída culturalmente, respondendo as interações e as influências de acordo com as mudanças da cultura. Considerado por Gergen, (1985), que sugere que os sujeitos que vivem em sociedade, que destas interações, fazem com que as pessoas constantemente avaliem e interpretem suas reações emocionais neste contexto, mesmo que de maneira inconsciente, as emoções, desempenham a função na manutenção das relações sociais, e assim, a cultura (adaptativa e autorregulada) é ativamente presente na vivência emocional.

“Um exemplo representativo seria um indivíduo numa sociedade, percebendo que seu salário é menor do que considera justo, paga altas taxas e não recebe o retorno desejado do governo, poderia se sentir frustrado com maior frequência e, então, pequenos atos que interferissem no seu bem-estar e autonomia, como uma discussão no trânsito, poderiam levá-lo a reações agressivas extremas.” Miguel, (2015).

Seguindo as observações do autor Miguel, (2015), que através de seu estudo confirma a existência da influência interacional/cultural da expressão da emoção entre diversas regiões distintas para expressão da emoção. Ele considera que as características genéticas neste caso traços raciais do rosto para reconhecer expressões emocionais. O autor segue contemplando que em todas apresentaram diferenças, ao se tratar de expressões emocionais, tanto na vivência quanto na frequência das emoções. Trazendo a baila, que a fisionomia fisiológica da emoção não necessita ser necessariamente coerente com a experiência subjetiva e, até mesmo, com a interpretação da situação.

Por fim, evidenciando a possibilidade de integração das teorias em um modelo, que reflexiona sobre um evento percebido pelo sujeito interagindo com a sua subjetividade, que expressa da sua forma, e segue suas cognições, podendo elas serem conscientes, ou inconscientes, atribuindo um valor ao acontecimento. Entendo assim que a cognição, é construída com o seu histórico de vida, de suas experiências individuais, socio construídas e, portanto, sua forma de perceber o mundo. O autor acrescenta que

“Se aquele evento possuir valor afetivo, podem ocorrer as reações que estão agrupadas no conjunto de contorno tracejado. As possíveis reações são: afetos subjetivos (impressão subjetiva); mudanças corporais típicas do sistema nervoso autônomo (alterações fisiológicas), como sudorese, dilatação das pupilas ou alteração do batimento cardíaco e da respiração; e, um grupo de reações comportamentais (comportamento expresso), que inclui desde expressões faciais, vocais, alterações na postura e até movimentação.” Miguel, (2015)

Sugerindo que a construção de uma cognição pode ser descolada de sua origem fisiológica, mas não descartando a possibilidade de elas interagirem entre elas causando uma resposta cognitiva

composta, ou seja, alternado a frequência cardíaca e causa por alegria por exemplo. Podendo ainda, atuar de acordo com a forma peculiar de mundo, que um indivíduo por si reconhece. Bem como relacionando-se, e construindo uma resposta cognitiva válida para ele como indivíduo e, para o grupo social que ele integra. Integrando ainda a expressão corporal, segundo a teoria social, é possível ser incongruente com a experiência subjetiva.

Seguindo a evidência de que o processo de construção da emoção, com a resposta cognitiva não emerge de forma isolada, mas sim de uma interação entre o indivíduo e o meio. Observa-se que o surgimento do fenômeno emocional é um processo interacional que, sofre mediação cognitiva advinda de um constructo central. Ou seja, patenteia-se que a reação (Sistema de Estímulo e Resposta), surge de um processo de avaliação peculiar, a respeito de um significado "seu", a respeito de uma situação que resulta em preservação.

Entende-se que a cognição (forma de ver o mundo), pode primariamente ser uma resposta de preservação, capaz de ser atual (percebida de um evento presente), antecipada (futuro) ou imaginária (percebido e construído). Todas através de interações entre o indivíduo e o meio. A cognição é condição essencial para qualquer expressão afetiva, sendo interpretativa ou socio construída. Uma vez que, as emoções primárias, ou as mais primitivas funcionam com gatilhos no processo de sobrevivência, o que é bem citada por Penna (1986, p. 10-11):

"A dimensão afetiva ou emocional surge, na verdade, como uma dimensão subordinada à cognição no sentido de que sua tonalização e intensidade exprimem-se sob o controle do modo como as situações existenciais são percebidas e pensadas pelo sujeito. "

Destaca-se de forma relevante, que durante a busca por determinantes que conduzem a emoção, esbarra-se em processos biológicos com resultantes complexas, que conforme Valdés (1986), a emoção advém de processos lógicos envolvidos com operações psíquicas, tanto conscientes, quanto inconscientes, sendo elas relativas à emoção. Entendendo desta forma a emoção como foco central, considera as cognições mais como produto de complexas avaliações corticais e subcorticais do que como processos intrinsecamente lógicos.

Ao pensamento, constringe admitir a ação de processos inconscientes, e ele podendo atuar de acordo com peculiaridades perceptivas individuais. Abarcando avaliações automáticas/biológicas, e até simbólicas, bem como, as de mecanismos defensivos, considerando o conjunto de experiências prévias ou reações emocionais, baseada nas teorias cognitivas de emoção, de Valdés, (1986, p. 15), que estuda os determinantes inconscientes das cognições.

E sendo assim, mesmo ao apontar que o fenômeno emocional não depende apenas da ação de processos conscientes, isso não poderá implicar na aceitação da postulação de determinantes analógicos (primitivos), mas de postulações que se apresentam com restrições cognitivas que permitem a natureza da realidade, memos que limitada.

Por esse motivo, ao oposto, considera-se a razão, o que identificamos como resultado do discurso racional. Penna (1986, p. 10) oferece, de forma elucidativa, uma definição da razão como "... expressão equivalente ao dos processos destinados à aquisição, estocagem, processamento e utilização do conhecimento ". Compondo a possibilidade de evidenciar que as respostas cognitivas,

por suposto resultam da interface situacional de mecanismos conscientes e inconscientes, podendo ainda construir uma resposta excessiva de acesso dependendo do estímulo.

Observa-se que ao estímulo por si, incide em respostas cognitivas geradoras de emoções (neste caso), atreladas ao fisiologismo individual. Conferindo sentido após a avaliação cognitiva, em que o fenômeno da emoção, evoluiu ao passo que vai interagindo, reconstruindo de acordo com o meio em que o se perpetua, em o que foi chamado "over estímulo". Considerando as situações geradoras de emoção, as mudanças na interação com o meio ambiente, e a modificação do meio físico e social no qual a relação emocional evolui (Lazarus; Folkman, 1986), indicando pôr fim a necessidade de construir formas de enfrentamento.

Vislumbrando que as situações geradoras de emoção, são extremamente rápidas e a teoria da avaliação embarca apenas aquelas respostas cognitivas que se operam quando o sujeito, para pôr alguns momentos, e reflete sobre suas reações emocionais, estas são percebidas, lapidando suas respostas cognitivas. Sendo que muitas destas estratégias alteram ou distorcem a avaliação inicial com consequências sobre a experiência emocional resultante.

Nomeiam-se "*Coping Skills*", ou habilidades de enfrentamento, as diversas formas estratégicas desenvolvidos pelos indivíduos, para "suportar", e ou atuar em determinadas situações. E a estas chamam-se estímulo, onde inicia o processo, gerando uma resposta cognitiva emocional julgada apropriada. Sendo neste momento que elas são aplicadas. Como por exemplo, em uma situação problemática, em relação direta a uma emoção, à regulação desta, acontece por um desvio da atenção, ou de negação ou quaisquer outro mecanismo de resposta ou defesa, já evidenciadas robustamente pela psicanálise.

Contudo, o modelo teórico considerado apresentado, "Sistema-Resposta-Emocional" de R. Lázarus demonstra uma tentativa de re-conceitualização da emoção em termos cognitivos, buscando compreender as relações existentes entre a avaliação cognitiva e as estratégias de enfrentamento. E de acordo este recorte, a emoção deve ser estudada como "sistema-resposta". Valendo-se deste sistema, enquanto operação de processos inter-relacionados respostas Lazarus abrange três componentes básicos: Variáveis de "*Input*", Subsistema Avaliador e Variáveis de "*Output*".

Variáveis de *input*

As variáveis de "*input*" apresentam-se desta forma devido a entrada do Sistema de Resposta emocional. Condizente com a percepção de estímulos outsider da tradicional da percepção das sensações da excitação dos órgãos dos sentidos, intrínsecas, extrínsecas e de "resposta-determinada". Ao qual abarca o conteúdo informacional dos estímulos, considerando que os estímulos percebidos nesse processo emocional são complexos, considerando interações sociais, que se comunicam com diversas variáveis, em termos reduzidos de sensações físico-químicas.

Permite-se extrair deste processo, que apesar da respostas físico-químicas serem limitadamente descritas, vê-se que as interações continuam a estarem dispostas e presentes em todo o processo.

A percepção das variáveis de input abarca que existem propriedades intrínsecas, as quais transmitem informações específicas do estímulo ou classes de estímulos. Variando o seu

processamento, distintamente de acordo com a experiência individual, considerando suas expectativas culturais, e respeitando as variáveis biológicas.

Por seguinte constata-se as Extrínsecas, que suas propriedades que não são específicas para classe de estímulos emocionais, e assim podendo interagir com as propriedades intrínsecas transfazendo sua percepção decorrente do estímulo. Ao qual se pode perceber por exemplo, em termos das fobias, a novidade pode aumentar a saliência da propriedade intrínseca associada com a estimulação do medo, relevando também como propriedades extrínsecas a intensidade, a iminência, a ambiguidade.

Percutindo o entendimento do *input*, Lazarus considera que os de propriedades de resposta determinada, com as mais complexa de se definir. Sendo que modalidade de classificação de cada uma das divisões e subdivisões não pode conter apenas dois termos sensorial e motor, estímulo e resposta, que restringe a eventos consecutivos no espaço ou no tempo; natural de eventos no fenômeno emocional.

Alguns autores como Bandler, Madaras e Bem (1968) tem acentuado que o conteúdo informacional do estímulo, pode ter como determinante, para além das características físicas, das ações do indivíduo e o momento em que este sujeito se encontra. No qual pretende-se demonstraram que um indivíduo pode utilizar seu próprio comportamento manifesto, em resposta a um estímulo aversivo. Considerando que a resposta comportamental de um indivíduo a um estímulo aversivo, pode funcionar como uma variável independente que controla parcialmente a percepção de um estímulo como desconfortável ou doloroso.

Desta mesma forma, o estado em que se encontra o indivíduo também interfere na avaliação emocional de um estímulo emocional, como citado por Schachter e Singer (1962), que investiga a excitação fisiológica, induzida artificialmente que pode alterar a avaliação subsequente de um estímulo emocional.

Lazarus descreve entre os seus estudos um subsistema avaliador como principal componente do Sistema de Resposta Emocional. Ao qual se torna relevante para a sua tese cognitivista, que direciona a reação emocional como função de um processo cognitivo de avaliação. Referendando sobre os estímulos que foram, conforme o processo cognitivo, titulados de "avaliação primária". Inclinando como função de pelo três classes de antecedentes: as propriedades dos estímulos, a estrutura psicológica do indivíduo que aqui cabem as suas razões, suas crenças, bem como as experiências prévias em situações similares e ou adversas. Também suas normas culturais incluindo seus valores institucionais, demandam de papéis de forma construída socialmente.

A "avaliação primária" é extremamente necessária para a primeira avaliação do estímulo em termos de seu significado para o estado de satisfação no que se diz respeito, de sentir-se bem física e emocionalmente. Incluindo relações familiares, amigos, colegas de trabalho, o trabalho, a alimentação, o padrão de seu sono e suas atividades nos tempos livres. Permitindo através desta avaliação entender se, o estímulo é avaliado como ameaçador, ou não, mas, contudo, se for, estratégias de enfrentamento "coping" são iniciadas para enfrentar ou lidar com o perigo que foi antecipado.

Ao passo que acionar a seleção destas estratégias é função de um outro tipo de processo cognitivo, a "avaliação secundária". Sequenciando um processo que segundo o autor, a "avaliação primária" deriva-se da avaliação original do significado da situação, ou seja, do que entendido como ameaçador ou não, a "avaliação secundária" refere-se ao que pode ser feito para lidar com ela, inclinando para um processo de refinamento adquirido com a experiência vivida anterior e elegida como adequada., ou seja, a resposta para a situação processa-se de acordo com a cognição do sujeito, e não o que se percebe em situações ditas como naturais.

O autor considera que, os dois processos não são independentes, mesmo não apresentando uma constância de distinção fenomenológica ou cronológica, são abundantes fatores importantes presentes na "avaliação primária" presentes na "avaliação secundária". De forma geral, os processos cognitivos subjacentes à "avaliação primária" não são peculiares para contextos emocionais, também desempenhando papel em discriminações não emocionais. Sendo ele passível de coexistir com o a percepção que o indivíduo tem de si próprio e estão abertos ao controle ambiental e ao reforçamento.

Desta forma, Bastos, Mauricio (2001) discorrem que, quando se produz uma avaliação de ameaça, na verdade, ela seria uma combinação única/diferente de fatores que a tornam relevante. Exemplificando que modos de cognição habituais perdem utilidade e relevância, abrindo uma hierarquia diferente "Este último processo pode conduzir a três tipos de estratégias de "coping": mecanismos de resposta do Ego, tendências de ação direta em presença de ameaça, e "coping" sem afeto, quando nenhuma ameaça é percebida".

Mecanismos de resposta do ego

São modos cognitivos de "*coping skills*" dos quais podem ser invocados quando nenhuma ação direta é possível, devido a inibições internas ou externas. Estas inibições foram construídas de forma social, dentro do seu processo micro familiar ou macro o que poderíamos dizer cultural.

Desta forma, a situação, pode ser processada devido a forma como este sujeito consegue percebê-la, ou seja, podendo ser reavaliada como menos ameaçadora, algumas vezes com suporte da realidade (situações vividas), mas, frequentemente, através da distorção dela, o que nos sugere a possibilidade de reconstruir internamente habilidades de enfrentar a mesma situação.

Tendências de ação direta

Estas tendências de ações diretas, se assemelham com reações de simples resposta aos estímulos primários. São na verdade impulsos, que podem ou não ser expressos, para agir diretamente sobre a situação estimuladora, através do ataque ou da fuga, como no caso de ameaça à integridade física do indivíduo. O que se assemelha a teoria do controle do Portão da Dor, que seria um mecanismo na medula espinhal no qual sinais de dor podem ser enviados ao cérebro para serem processados para acentuar a possível dor percebida ou atenuá-la na própria medula espinhal.

Estas tendências, neste caso se manifestam usualmente, através de reações expressivas e instrumentais, embora as últimas sejam frequentemente suprimidas de acordo com a sua experiência vivida. Estes suprecões são resultado das construções cognitivas individuais somadas a interação social de cada indivíduo, podendo ser transformadas em habilidades de enfrentamento decorrente do

entendimento pessoal. As tendências de ação direta na verdade são coping Skills socio construídas com as relações iterativas do sujeito.

Estratégias de enfrentamento sem afeto.

As Estratégias de enfrentamento sem afeto são adequações emocionais a situação, podendo ser chamadas de "*coping*" sem afeto, são desenvolvidas perante a inexistência de julgamento de cominação, com respostas condicionadas e instrumentais, sendo executadas sem o afeto. Ou seja, a sentimentos humanos, que vão do mais agradável ao mais insuportável, que se manifesta por uma descarga emocional violenta, física ou psíquica, imediata ou adiada. Buscando exemplificar esta possibilidade, podemos visualizar enfrentamento cotidiano de evitar-se objetos potencialmente perigosos, como um objeto quente ou a velocidade, sem afetado ou parado pelo medo, por termos vivenciado anteriormente a possibilidade de controle .

Segundo o autor Lazarus, bem como seus colegas, estas estratégias de "*coping*" também podem se acomodar a emoções positivas. Citado diretamente Mauricio (2001),

como exemplo, a avaliação de um objeto sexual com base em suas propriedades extrínsecas e intrínsecas, no "feedback" de avanços iniciais e no estado psicológico e fisiológico do indivíduo. Quando esta avaliação conduz à expectativa de gratificação, tendências diretas de ação podem ser estimuladas, mas se, contudo, nenhuma ação direta é possível, pode seguir-se a realização de desejo cognitiva (fantasia) e se, além disso, proibições internas também surgirem, podem resultar reações defensivas tais como negação ou projeção. Por outro lado, se nenhuma gratificação pessoal é antecipada, como acontece com prostitutas, respostas instrumentais podem ainda ser realizadas, incluindo a simulação de expressões de prazer.

Continuando com Lazarus, percebe-se que a avaliação sem afeto pode se transformar e tomar formas em adição, sendo estas mais apropriadas às expectativas do sujeito que a elege como ameaça ou de gratificação. A estas conferem-se e produzem respostas emocionais positivas ou negativas, tão particulares que situações, potencialmente de alívio, pode exprimir situações potencialmente ameaçadoras, e quando não se concretizando com tal, mas sendo percebidas e reavaliadas como não ameaçadoras. Da mesma forma, quando um sentimento de impotência é senta quando algo esperado não acontece, que naturalmente geraria frustração, ao revés, pode gerar situações gratificantes quando não se realizam.

As variáveis "*Output*" (Saida)

São as variáveis de saída do "Sistema de Resposta Emocional", sendo as são funções permitem acertar o tempo gasto pelo SNC (sistema nervoso central), enquanto processa uma informação recebida através do *Input*, ou seja, o tempo de decisão. E pode ser fragmentado em componentes que permitem incorrer simultaneamente ou sequencialmente estas respostas o que nos conferem ao mesmo tempo a forma da resposta cognitiva.

Observa se que estes componentes possuem a característica de reações que, frequentemente, estão pouco correlacionadas. Sendo assim, concordando com o Bastos, Mauricio (1991), discorre que conforme Lazarus que assinala uma necessidade de investigação destas

reações emocionais não somente em termos de sua expressão, mas considerando de sua integração englobando o todo comportamental revisado a partir de suas respostas.

Considerando este estudo da resposta emocional a partir de uma análise socio construída que prossegue percebendo na integralidade o subjetivo, o fisiológico e comportamental, referindo-se também, ao funcional social, ou seja , percebendo as relações existentes na interação organismo-meio, não podendo desconsiderar , devido a sua integralidade a sua origem filogenética, ontogenética e cultural. Portanto, uma abordagem que, investigue as respostas a partir de três categorias de reação: cognitiva, expressiva e instrumental.

Output “Reações Cognitivas “.

O que percebe dos processos cognitivos, seria a utilização de recursos diferentes para competências diversas, como próprio pensar, aprender, raciocinar, lembrar e atenção. Sendo elas fundamentais por atuarem em conjunto para diversas possibilidades de realizações de tarefas, partindo das mais simples, ou respostas esperadas, para as mais complexas que envolve inúmeros elementos adquiridos pelo sujeito que obtém a resposta .

Reações cognitivas são aqueles que possuem a incumbência processar mecanismos particulares de resposta do Ego, e podem ocorrer quando coações ou opressões percebidas internamente e ou externamente, causa impedindo das formas de expressão emocional elegíveis, como naturais dentro da perspectiva humana. O que se foi conhecido como pensamentos automáticos (PAs), crenças intermediárias e crenças centrais (Beck *et al.*, 1997).

Sendo assim, quando se consideram estímulos ameaçadores, os mecanismos de resposta do ego assumem a função de defesa, conduzindo à uma situação fundamentada na realidade ou na complexa percepção desta específica realidade considerada ou não, podendo excluir sua importância da consciência, fazendo parte de um fluxo de processamento cognitivo subjacente ao processamento consciente. refere-se ao levantamento de situações, pensamentos, emoções, comportamentos e reações fisiológicas no cotidiano do cliente. Neufeld & Cavername, (2010).

Estas reações referem-se ao levantamento de situações, pensamentos, emoções, comportamentos e reações fisiológicas no cotidiano do cliente. Para Sudak (2008), e neste contexto associado, a resposta do ego titularemos de "mecanismos de defesa". Sendo eles um conjunto de estratégias psicológicas que se desenvolvem no nível inconsciente do ser e que se erguem como barreiras do ego para sua própria proteção, o que contribui para sua aproximação caso suprimidos ou hiper utilizados aos comportamentos neuróticos e patológicos, negligenciando sua importante função em emoções normais.

Output “Reações Expressivas “.

Output qualificado como Reações expressivas são segmentadas, em conformidade com as expressões observadas através naturalidade biológica, com choro indicando tristeza, o riso indicando felicidade , bem como as expressões de raiva etc. As reações expressivas podem ser observadas pelas variações adquiridas, o que ratifica que os estados emocionais, sejam respostas socio-culturalmente adaptadas ao meio. Sendo desconsiderados os estereótipos naturais, mas certificando

certas manifestações faciais não correspondendo a sua origem natural , e sim manifestando aprendidas.

O que descreve Ramos, (2023), ao apontar o modo de comunicação corporal dos bebês que são utilizadas para se relacionar com os demais seres ao seu entorno. “Em linhas conclusivas, nós, seres humanos, como seres cognoscentes e emocionais, agimos para a efetivação da comunicação, em função da compreensão mútua.” Reforçando que as reações expressivas biológicas são o produto de pressões evolucionárias. Podem ser atos comportamentais relativamente complexos, como certos padrões de resposta descritos por etologistas, ou podem ser meros remanescentes de atos previamente úteis.

Contudo, tais expressões naturais para uma mesma espécie, elas podem variar consideravelmente dependendo das culturas. Certas culturas podem ser encorajadas dependendo do que se for culturalmente pacificado, ou não, tudo vai depender das relações definidos socialmente e dependendo das circunstâncias em que se encontra o indivíduo.

A variação pode também resultar de associações aprendidas, como descrito por Zap Del Prette (2010), um observa-se “que um determinado comportamento social somente é classificado como habilidade social quando contribui para a competência social em uma tarefa de interação”. Confirmando que são, em parte, de afetos distintos, mas culturalmente determinadas, tomando possível a eliciação como medo e raiva simultaneamente, com a conseqüente confusão de expressões emocionais. De outra forma, as expressões biológicas. Sendo que elas também podem se ajustar a diferentes posicionamentos instrumentais, modificando-se de acordo com eles frequentemente na infância.

Output “Reações Instrumentais”.

As Reações instrumentais, são a forma de *output* que se processam de maneira sequencial coordenadas de comportamento. Manifestando-se acintosamente orientado, que obedece a um caminho, ou seja, a algum objetivo e aborda pelos três tipos de respostas emocionais: símbolos, operadores e convenções que determina como as emoções são geradas e reguladas.

A subcategoria de símbolos é semelhante às respostas expressivas, contudo como citado acima esta subcategoria se destaca por serem executadas com um objetivo fim, ou seja, intencionalmente para alcançar. Considera-se que podem sinalizar patenteando emoção ou uma incongruência, em momentos em que a comunicação direta não é possível, considerado pelo sujeito um risco a sua real afeição.

As subcategorias são atos instrumentais que visam a obtenção de um objetivo direto no meio ambiente, como agressão ou esquiva. Em sua expressão são complexos, pois objetiva-se algo pré-definido pelo sujeito. Estes atos podem ou não ser acompanhados por emoções apropriadas, o que significa que nem sempre atos agressivos estão ligados à raiva ou evitamento ao medo. A pesquisa emocional, especialmente em laboratórios, tem focado bastante nesses operadores, como o estudo de condicionamento de evitamento.

A subcategoria é similar aos operadores, mas são amplamente influenciadas por normas culturais. Um exemplo clássico são os rituais de luto ou de casamentos, que variam conforme a

cultura. Sendo de certa forma validados e reprocessados de acordo com as próprias mudanças culturais. Pesquisas transculturais geralmente investigam essas convenções, evidenciando que as expressões emocionais são frequentemente convencionadas, o que afeta a forma como as emoções são avaliadas, pela própria significância.

Concorrendo mais uma vez o modelo proposto por Lazarus, que introduz as avaliações cognitivas como sendo processos centrais na geração e regulação das emoções. Referindo as inúmeras possibilidades de ajustes ou mudanças “Por esse motivo, a emoção deve ser investigada a partir da análise conjunta do relato do sujeito com as variáveis de resposta fisiológica e comportamental.”

Ao que se indica, por sua definição requer três componentes, uma vez que cada um deles podem serem gerados por condições que não eliciam, necessariamente, uma emoção. Convergindo para avaliações que determinam sua expressão própria. A avaliação primária consiste em julgar um estímulo com base em suas características, na psicologia do indivíduo (motivações, crenças, experiências) e nas normas culturais. A avaliação secundária é o processo que determina o que pode ser feito para lidar com a situação.

Em suma, quando se aborda a complexidade das emoções, que envolve processos cognitivos contínuos e adaptações emocionais de acordo com o contexto e a avaliação do indivíduo. Explorando manifestações resultantes de interações interpessoais complexas, argumenta-se que elas vão além de simples reações biológicas, sendo é mais do que uma simples resposta do organismo, pois envolve combinação de afetivas e considerando múltiplos elementos de avaliação cognitiva desenvolvidos durante a complexa transação com o meio. Conferindo que estas emoções são resultado de múltiplos processos de avaliação cognitiva, desenvolvidos durante as interações do indivíduo com o ambiente.

Nesse sentido, constrói hipótese de que a qualidade e a intensidade das emoções podem mudar conforme o sujeito atua e se adapta ao meio, indicando uma relação cíclica e dinâmica em vez de uma causalidade linear. Esse ciclo é alimentado por um processo de “considerações” pós avaliação, no qual o esforço contínuo para lidar com a situação emocional permite uma reavaliação dela, alterando a resposta emocional, para uma que seja socio construída de forma aceita e protetiva deste sujeito.

O conceito de avaliação cognitiva está no centro dessa dinâmica emocional. Sendo que essas avaliações refletem como o indivíduo percebe e interpreta a situação, influenciando sua resposta emocional, podendo ou não atuar. patenteando que ao longo desse processo, a emoção não é fixa, mas continuamente moldada pelas mudanças na percepção do sujeito sobre o que está acontecendo.

Construindo dois tipos de esforços de enfrentamento, ou seja, mecanismos de enfrentamento, que são destacados como formas de lidar com as emoções. O primeiro sendo o mais intrínseco seira a função instrumental, que busca soluções para o problema, ou seja, envolve a ação direta no ambiente para resolver ou alterar a situação que causa o gatilho representando um esforço ativo de resolução de problemas.

REFERÊNCIAS

- BASTOS, Mauricio Canto. **"Emoção Cognição" questões a partir de duas perspectivas**. Rio de Janeiro: [s. n.], 1991.
- BEZERRA, Giovani Ferreira; ARAUJO, Doracina Aparecida de Castro. Sobre a linguagem: considerações sobre a atividade verbal a partir da psicologia histórico-cultural. **Temas em Psicologia**, v. 21, n. 1, p. 83-96, 2013. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.9788/TP2013.1-06>
- BORGES, A. T. Como evoluem os modelos mentais. **Ensaio Pesquisa Em Educação Em Ciências**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 66–92, 1999. <https://doi.org/10.1590/1983-21171999010107>
- BORGES, A. T. Um estudo de Modelos Mentais. **Investigações em Ensino de Ciências** (online), v. 1, n. 3, 1997. Disponível em: <http://www.if.ufrgs.br/public/ensino/>.
- CHAUÍ, Marilena. **Convite a Filosofia**. São Paulo: Ática, 2000.
- COLLINS, A.; GENTNER, D. How people construct mental models. *In*: HOLLAND, D.; QUINN, N. (Eds.), **Cultural models in language and thought**. Cambridge: Cambridge University Press, 1987. p. 243–265. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/CBO9780511607660.011>
- GRAMSCI, A. **Cartas do cárcere**. Tradução: Luiz S. Henriques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. v. 1.
- GRAMSCI, A. **Escritos políticos**. Tradução: Carlos N. Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. v. 2.
- LAZARUS, R. S. Cognitive and coping processes in emotion. *In*: WEINER, B. **Cognitive Views or Human Motivation**. New York. Academic Press, 1974.
- MARTINS, M. F. Gramsci, os intelectuais e suas funções científico-filosófica, educativo-cultural e política. **Pro-posições**, v. 22, n. 3, p. 131–148, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-73072011000300010>
- MAYER, R. E. Models for understanding. **Review of Educational Research**, v. 59, n. 1, p. 43-64, 1989.
- MIGUEL, F. K. Psicologia das emoções: uma proposta integrativa para compreender a expressão emocional. **Psico-usf**, v. 20, n. 1, p. 153–162, 2015. <https://doi.org/10.1590/1413-82712015200114>
- MUSSIO, S. C. Um olhar autoritário em Bakhtin: O estudo do enunciado como forma de diálogo. **Soletras**, São Gonçalo, n. 30, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/soletras.2015>.
- NEUFELD, C. B.; CAVENAGE, C. C. **Conceitualização cognitiva de caso**: uma proposta de sistematização a partir da prática clínica e da formação de terapeutas cognitivo-comportamentais. [S. l.: s. n.], 2010.
- NISKIER FLANZER, S. Sobre o ódio. **Interações**, v. XII, n. 22, p. 215-229, 2006.
- OLIVEIRA, de Luiz Fernandes; COSTA, da Ricardo Cesar Rocha. **Sociologia**: o conhecimento humano para jovens do ensino técnico profissionalizante. Petrópolis, RJ: Catedral das letras, 2005.
- ORSO, Paulino Jose. **O “descolamento” e a inversão da realidade**. [S. l.: s. n.], 2022. Disponível em: <https://www.histedbr.fe.unicamp.br/columas/artigos/o-descolamento-e-a-inversao-da-realidade>
- PEREIRA, Douglas Rodrigo; COELHO JUNIOR, Nelson Ernesto. O ódio em análise. **Jornal de Psicanálise**, v. 52, n. 96, p. 49-62, 2019. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010358352019000100005&lng=pt&lng=pt. Acesso em: 07 jul. 2024.

PETTER, M. M. T. **Linguagem, língua, linguística**. São Paulo: Contexto, 2006.

RAMOS, R. A. R. S. A perspectiva de Darwin sobre as expressões emocionais dos bebês: contribuições para o desenvolvimento de práticas educativas. **Educação E Filosofia**, v. 37, n. 79, p. 291-314, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.14393/REVEDFIL.v37n79a2023-64793>

SPEISMAN, J. C.; LAZARUS, R. S.; MORDKOFF, A; DAVISON, L. Experimental reduction of stress based on Ego-defense theory. **Journal of abnormal and Social Psychology**, v. 68, p. 367-380, 1964.

TORISU, Edmilson Minoru; FERREIRA, Ana Cristina. A teoria social cognitiva e o ensino-aprendizagem da matemática: considerações sobre as crenças de autoeficácia matemática. **Ciências & Cognição**, v. 14, n. 3, p. 168-177, 2009. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S180658212009000300014&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 26 maio 2024.

VAN DIJK, T. A. **Context**: a multidisciplinary theory. [S. l.: s. n.], 2008

VASCONCELOS, Ana. **Sociologia**. São Paulo: Rideel, 2009. (Coleção base do Saber).

VIEIRA JUNIOR, Niltom; DUARTE, Colvara, Laurence. Os modelos mentais de alunos em relação a vetores em duas e três dimensões: uma análise da dinâmica da aprendizagem e da inadequação das avaliações tradicionais. **Ciências & Cognição**, v. 15, n. 2, p. 55-69, 2010. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S180658212010000200006&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 02 jun. 2024.

A Resposta Cognitiva ao Discurso de Ódio, incidências clínicas, e funcionais nas crianças até 14 anos, em suas relações sociais.

Inquérito por questionário

Este inquérito faz parte de um projeto de investigação com vista na elaboração da dissertação de Mestrado em Psicologia Criminal. Especialização em Psicologia Forense, orientada pela professora Lisandra Leon, com este questionário pretendemos recolher as opiniões dos alunos a respeito da elaborado no âmbito da disciplina. O tema é **“A Resposta Cognitiva ao Discurso de Ódio, incidências clínicas, e funcionais nas crianças até 14 anos, em suas relações sociais.”**. É totalmente anónimo. Deste modo, pedimos que sejas sincero.

*“A violência, seja qual for a maneira como ela se manifesta, é sempre uma derrota.”
(Sartre, Jean-Paul, s/D).*

Idade: _____ **Sexo:** _____ **Prefere não responder** _____

Feminino Masculino

Outro: _____

1. Namoras?

Sim Não

Se sim: você namora. Menino. ____ Menina ____ Outro ____

2. Com que idade começaste a namorar? _____

3. Já sofreste/sofres algum tipo de agressão?

Sim

Não



Se “**não**” passa para a pergunta 11.

4. Que tipo (s) de agressão sofreste?

Física

Sexual

Verbal

Racista

Emocional

Psicológica

Se agressão foi verbal o que disseram?

5. Com que frequência sofres a agressão?

Funcionário(a)

Professor(a)

Grupo

Outros _____

9.1. Qual/quais foi/foram as tuas reações?

“Confrontei-o(s)”

“Pedi ajuda”

“Ignorei-o(s)”

“Chorei”

Outros _____

9.2O que pensas dos agressores?

Não penso nada

Não gosto deles

Tenho pena deles

Gosto deles

6. Selecciona a(s) opção(ões) que, na tua opinião, exprime(m) de quem é a culpa se a agressão continuar a decorrer.

De quem agride

Da Direcção da escola

Dos pais/E.E.

De quem é agredido

Dos Professores

Dos outros que assistem

Dos Funcionários

7. Já alguma vez agrediste alguém?

Sim

Não

Se (sim): pode dizer por que ?



Se “não” passa para a pergunta 14.

8. O que sentiste?

Alívio

Satisfação

Remorsos

Angústia

Revolta

Outros

Quais? _____

9. Que motivos podem levar à agressão?

Consumo de substâncias

Raça/cor de pele

Televisão

Passar pouco tempo com a família

Computador/jogos

Para me afirmar

Identidade sexual

Problemas familiares

10. Que tipos de violência conheces?

Violência Verbal

Violência Raça / Crença

Violência Física

Violência no meio familiar

Outros

Quais? _____